

## AS RELAÇÕES BRASIL/ARGENTINA NO ANO DE 1937: RIVALIDADE E CONFLITO

*Sandra M. L. Brancato* \*

Na história das relações entre a Argentina e o Brasil são facilmente identificados diversos momentos em que a preocupação básica tem sido implementar programas de cooperação mútua no plano político, econômico e cultural. Estes programas contudo, algumas vezes são prejudicados pela presença de certos antagonismos formados, quase sempre, a partir de um objetivo comum perseguido pelos dois países: conquistar para si uma posição hegemônica no continente americano.

Durante a década de 1930, muito particularmente, tais antagonismos vieram à tona agravados pela instabilidade, que, de um modo geral, marcava este período de pré-guerra. O temor por parte das lideranças argentinas e brasileiras de que a persistência dos antagonismos viesse a se constituir em um grave problema, pode ser avaliado através do especial cuidado com que conduziam suas relações recíprocas. Observa-se este cuidado tanto nas medidas tomadas nos momentos em que as tensões chegaram a um ponto perigoso — é o caso que se examina neste trabalho — como em certas iniciativas menores, mas que, justamente por serem menores, deixam à mostra a abrangência das precauções tomadas.

Neste sentido é significativo, por exemplo, que, em 1933, Getúlio Vargas e Augustin Justo tenham resolvido que seriam eliminados dos textos de história e geografia, tanto na Argentina como no Brasil, os conteúdos que revelassem às novas gerações os momentos de fricção e guerra havidos até então entre estes países.<sup>1</sup>

Esta ingênua deliberação, além de representar um atraso por não contribuir em nada para o avanço do conhecimento da história das relações Brasil/Argentina, por certo também não seria eficiente para, sozinha, atenuar os antagonismos existentes.

No presente trabalho se pretende examinar, através da análise dos fatos que envolveram, em 1937, a negociação do arrendamento de seis destróieres norte-americanos ao Brasil, um desdobrimento do citado antago-

nismo, bem como as precauções então tomadas para que não fosse desencadeado com o mesmo um conflito incontrolável entre a Argentina e o Brasil.

### A primeira fase das negociações

As negociações relativas ao arrendamento dos destróieres norte-americanos ao Brasil chegaram a seu ponto culminante em agosto de 1937, depois de um período de discussões que durou aproximadamente dois anos. Para o governo brasileiro o arrendamento dos destróieres fazia parte de um plano mais amplo que visava melhor aparelhar e treinar as Forças Armadas. Já para os EUA a cessão dos navios encaixava perfeitamente na chamada política de boa vizinhança implementada pelo Presidente Roosevelt com o objetivo de estabelecer uma maior colaboração entre seu país e os demais Estados americanos.

A fase inicial das negociações transcorreu sem maiores percalços, marcada pelos acertos comuns referentes às condições em que se faria o arrendamento. Estas condições diziam respeito, fundamentalmente, a dois itens: o preço e a utilização que seria dada aos navios no Brasil. A questão do preço foi resolvida com relativa facilidade, pois já era sabido que o governo norte-americano não planejava obter grandes lucros financeiros com a transação. Neste momento interessava muito mais investir no sentido da política de boa vizinhança que, uma vez exitosa, deixava a via aberta para outros negócios muito mais significativos.

Em fevereiro de 1937, Macedo Soares informava a Getúlio Vargas que o preço do arrendamento bem como o tempo que duraria o mesmo “não preocupavam o governo americano.”<sup>2</sup> Já em abril do mesmo ano, as informações que chegavam ao Brasil sobre o preço dos navios eram mais precisas e confirmavam a predisposição norte-americana em favorecer, no que tange aos gastos, os interesses brasileiros. Osvaldo Aranha, que, como embaixador brasileiro nos EUA, seria um dos principais negociadores do arrendamento, assegurava que Summer Welles, Secretário de Estado norte-americano, em entrevista mantida com ele, declarara que o Brasil, excluindo o preço do seguro dos navios, nada deveria pagar pela cessão dos mesmos.<sup>3</sup> Mais tarde, ainda esclareceria o Embaixador que “o preço do seguro é uma resultante do valor dos navios” e que a avaliação para o seguro seria feita por seis membros, sendo três americanos e três brasileiros.<sup>4</sup> Os outros gastos previstos eram, em sua totalidade, os seguintes: para a adaptação dos navios \$ 432,000.00; para o seguro anual correspondente a cada um deles (preço do arrendamento) mais ou menos \$ 200,000.00; para o armamento

e munção \$40,000 por navio e, finalmente, uma quantia que corresponderia aos honorários dos oficiais e sub-oficiais norte-americanos que acompanhariam os navios até o Rio de Janeiro. O total dos gastos ficava assim orçado em quase um milhão de dólares.<sup>5</sup>

Como se observa, apesar de o governo norte-americano procurar facilitar o arrendamento dos navios para o Brasil, as cifras que envolviam o negócio alcançavam um patamar bastante alto. Em vista disto, Osvaldo Aranha adiantou-se em atenuar o impacto que tais cifras pudessem causar em Getúlio Vargas, escrevendo ao Presidente: "imagino a tua surpresa com o número de dólares que envolvem estas operações! Mas, consideradas as nossas necessidades, tudo isso é quase nada. E se compararmos com o que custaria comprar ou construir aqui ou em outro país, as vantagens do arrendamento e da construção no Brasil são de uma evidência irrecusável."<sup>6</sup>

A questão referente à utilização que seria dada aos navios arrendados foi discutida em torno do seguinte problema: os norte-americanos queriam que o Brasil empregasse os navios somente para fins de instrução e treinamento de pessoal, enquanto que o governo brasileiro pretendia que os mesmos pudessem ser utilizados para a defesa do seu território. A solução final deste impasse atendeu perfeitamente a expectativa brasileira, como fica demonstrado na cláusula 18 do contrato que fixava as condições em que seria feito o arrendamento. A cláusula estabelecia que a responsabilidade pelo uso dos navios seria brasileira, e não fazia restrições ao uso dos mesmos.<sup>7</sup> Mais uma vez ficava claro que o governo americano tentava não obstaculizar as negociações com exigências que contrariassem o Brasil. O depoimento de Osvaldo Aranha é enfático neste sentido: "A boa vontade deste governo (governo norte-americano) é real. Trata-se de um ato de amizade, quase de aliança."<sup>8</sup>

Outro tópico amplamente discutido durante as negociações para a cessão dos destróieres referia-se as condições em que estes deveriam ser restituídos aos EUA. Os norte-americanos insistiam em que fossem entregues no mesmo estado em que se encontravam ao serem cedidos, exigência esta que causou uma certa resistência do Ministro da Marinha do Brasil. Para ele, considerando que os navios eram antigos, havia a possibilidade de que nem sequer fossem devolvidos.<sup>9</sup> Contudo, o próprio Getúlio Vargas acreditava que mais este obstáculo seria vencido sem dificuldades, uma vez que o seguro pago pelos navios poderia ser a solução para o problema. O importante naquele momento seria ultimar o negócio que, conforme opinava o Presidente, era "por numerosos motivos conveniente aos nossos interesses."<sup>10</sup>

Dada a boa vontade norte-americana e o grande interesse demonstrado por Getúlio Vargas em realizar o negócio, tudo indicava que o mesmo

chegaria a seu termo sem maiores dificuldades.<sup>11</sup> Contudo, algumas questões mudariam o rumo dos acontecimentos. Estas questões se criaram a partir das seguintes situações que se pretende sucessivamente analisar: 1º) Roosevelt deveria pedir permissão ao Parlamento para efetivar o negócio com o Brasil; 2º) Roosevelt decidira oferecer também às demais repúblicas americanas a possibilidade de arrendar navios nos EUA; 3º) estava em vigor o Tratado Naval de Londres de 1936, assinado entre os EUA, França e Inglaterra; 4º) a Argentina se oporia ao arrendamento pretendido pelo Brasil.

### O arrendamento dos destróieres no Parlamento norte-americano e em outros círculos

A expectativa do governo norte-americano era de que o Parlamento não criaria nenhum problema para a realização do arrendamento dos destróieres ao Brasil. É o que se depreende a partir da maior parte da correspondência que trata do tema, chegada ao Brasil no início de 1937: Macedo Soares escreveu: “a licença do Parlamento está garantida.”<sup>12</sup>; Abelardo B. Bueno do Prado<sup>13</sup> assegurava, por sua vez, que Summer Welles lhe dissera que “o governo (norte-americano) estava confiante de obter a autorização do Congresso.”<sup>14</sup>; finalmente Osvaldo Aranha tranquilizara Getúlio Vargas ao afirmar que Roosevelt fazia questão de que o negócio se realizasse de forma rápida e fácil.<sup>15</sup> Assim, a surpresa foi grande quando, ainda em fevereiro de 1937, apareceu o primeiro indício de que o Parlamento norte-americano não se mostrava favorável ao negócio.

O alarme foi dado por Macedo Soares em carta enviada a Getúlio Vargas, a que referia que Roosevelt havia declarado que tinha que vencer “sérias dificuldades” para realizar o arrendamento.<sup>16</sup> Entre estas dificuldades se destacava a resistência do Senado em aprovar o projeto, o que, segundo ainda a informação de Macedo Soares, não seria contornado com facilidade, uma vez que havia um conflito declarado entre aquele órgão e Roosevelt.<sup>17</sup> Assim, tudo indicava que as duas Comissões do Senado que deveriam examinar a proposta não seriam benevolentes com o pedido do Presidente.<sup>18</sup>

A questão terminou vindo “a furo”, segundo expressão de Osvaldo Aranha, depois que Cordell Hull, Sub-Secretário de Estado norte-americano,<sup>19</sup> enviou uma carta ao Senador Walsh, encarecendo a necessidade de ser liberada a autorização para o arrendamento de navios aos países americanos que o solicitassem. Hull, embora se referisse a uma autorização que fosse extensiva a todos países americanos, tratava particularmente do pedido feito pelo Brasil que estava sendo examinado.

A carta de Hull acabou conhecida pela imprensa, o que causou grande contrariedade a Osvaldo Aranha.<sup>20</sup> Considerava o Embaixador ser “desnecessário envolver no nome do Brasil em um pedido de uma ‘autorização geral’ para arrendar destróieres.”<sup>21</sup>

A carta provocaria ainda uma outra questão bastante grave. Para entender esta questão, em toda a sua extensão, é importante que se conheça o seguinte trecho da referida carta: “O governo do Brasil informou recentemente a este (governo americano) sobre as suas apreensões cada vez maiores, quanto a certas tendências da situação política mundial e ao desejo, manifestado por certas nações, de obterem um mais fácil acesso a matérias primas, bem como quanto à ação de força tomada por tais nações para consumarem esse seu desejo. Essa situação fez com que o Brasil — em sua qualidade de país de vasto território e de população relativamente pequena — ficasse aprêensivo.”<sup>22</sup> Face ao exposto, concluía Hull, o governo brasileiro achara conveniente arrendar destróieres americanos para treinar oficiais e praças. Depreende-se, portanto, da carta, que o Brasil não descartava a possibilidade de vir a sofrer uma agressão estrangeira.

Na imprensa brasileira o tema ocupou vários dias os principais jornais do país. O *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro, por exemplo, publicou matérias que tomavam quase todo o espaço da primeira página, com manchetes extremamente significativas: “O Brasil informou aos Estados Unidos sentir-se apreensivo em virtude de certas tendências da situação política mundial” — “Receios de uma agressão”.<sup>23</sup>

Nos EUA o impacto não foi menor. Nathaniel Huddard, diretor executivo da Liga Naval dos Estados Unidos, organização que se dedicava ao estudo dos problemas navais, em longa entrevista à imprensa declarou: “De certo que tanto a Alemanha como o Japão estão olhando para o Brasil como a mais viável solução para seus problemas de super-população. Somente uma pequena parte do solo brasileiro está sendo explorada. Se os alemães chegarem a voltar para as suas colônias africanas, eles estarão bem mais perto do Brasil que nós.”<sup>24</sup>

A cessão dos destróieres ganhava assim nova conotação: o governo norte-americano, aprovando esta medida, estaria, de certa forma, estimulando uma rivalidade entre os EUA e a Alemanha, já que, com tal cessão, iria contribuir para armar o Brasil contra uma suposta invasão alemã. Esta postura era extremamente perigosa. O governo dos EUA não podia ignorar a pressão que exerciam dentro de seu país os defensores da política isolacionista. Assim procedia questionar se o pretendido arrendamento seria adequado.

Outra idéia que começava a ganhar força nos EUA, principalmente no leste, região que, segundo Osvaldo Aranha, exercia forte influência so-

bre a política internacional norte-americana<sup>25</sup> era a de que este país, arrendando os destróieres para o Brasil, estaria, irremediavelmente, estimulando uma corrida armamentista na América. Muitos congressistas norte-americanos também defenderam esta idéia,<sup>26</sup> ponderando ainda que a Grã-Bretanha, Japão, França e Itália poderiam adotar a mesma política.<sup>27</sup>

No Brasil, o jornal *O Estado de São Paulo*, que ocupou-se muito particularmente a questão dos destróieres, noticiou que círculos pan-americanos temia que o movimento pan-americano perderia “o prestígio no resto do mundo se as Repúblicas americanas se desaverem por questões que afetam as suas respectivas políticas defensivas.”<sup>28</sup>

Na Europa também foi explorada a idéia de que o arrendamento poderia provocar uma corrida armamentista na América de sérias conseqüências. Neste sentido, pronunciaram-se importantes círculos britânicos e alemães.<sup>29</sup> O semanário alemão *Der Arbeitsmann* aproveitou ainda a oportunidade que se apresentava para fazer um frontal ataque aos EUA, lembrando que a proposta de arrendamento era mais uma manifestação do imperialismo norte-americano. A oferta do “bom vizinho” feita à América do Sul, segundo o jornal, podia ser traduzida nestas palavras: “vinde a nós para que possamos vos despojar dos vossos dólares.”<sup>30</sup> O efeito provocativo, que alguns imaginavam, que teria o arrendamento já era, portanto, uma realidade.

Assim como surpreendeu a reação negativa do Parlamento americano ante a intenção da Presidência da República de ceder os destróieres ao Brasil, surpreendeu também que o assunto repercutisse tão mal na Europa e na América Latina em particular. Welles, ainda no início de 1937, argumentava que nenhuma nação do continente americano se colocaria contra o arrendamento, uma vez que lhes seria oferecida oportunidade.<sup>31</sup>

Nesta verdadeira avalanche de protestos contra o pretendido arrendamento, foi decisiva a posição assumida pela Argentina para precipitar os acontecimentos. A intervenção deste país, colocando-se incondicionalmente contra o arrendamento, tanto reforçara decisões que já tendiam no mesmo sentido – como é o caso da seguida pelo Parlamento norte-americano, como ajudara a definir outras – como a adotada pelo governo inglês.

Antes, no entanto, de examinar a interferência na Argentina na questão é importante que se analise ainda a ligação da Inglaterra com a mesma.

### **O Tratado Naval de Londres de 1936 e o envolvimento da Inglaterra na questão dos destróieres**

Em 1936, estando por vencer a vigência do Acordo Naval de 1930,<sup>32</sup> os países signatários do mesmo – Inglaterra, EUA, França e Japão – apres-

saram-se em negociar novo tratado naval, tendo em vista que o clima de tensão mundial agravava-se dia a dia.

No decorrer das negociações, a delegação do Japão retirou-se das reuniões, negando-se a firmar qualquer acordo sob a alegação de que seus pares recusavam-se a aceitar o estabelecimento de nova paridade naval.

Apesar de somente a França, a Inglaterra e os EUA terem assinado o Tratado Naval de 1936, resultante da referida reunião, ficaram abertas as possibilidades para que outras nações aderissem ao mesmo.

Entre os artigos que constavam do Tratado de 1936, em função do tema que nos ocupamos, interessa aqui referir somente o de número 22, que estipulava que nenhuma potência signatária disporia, "por doação, venda ou qualquer outro modo de transferência, de seus navios de superfície, ou submarinos, de modo que tais navios de superfície ou submarinos possam tornar-se navios de qualquer esquadra estrangeira."<sup>33</sup>

A expectativa norte-americana era de que, apesar do citado artigo, nem os ingleses, nem os franceses criariam problemas para a cessão dos destróieres ao Brasil.<sup>34</sup> Contudo os problemas terminaram ocorrendo,<sup>35</sup> mesmo após Hull ter defendido tenazmente a idéia de que o negócio planejado não feria a cláusula 22 do Tratado de Londres. Argumentava o Secretário de Estado que a utilização dos navios estava prevista somente para treino de tripulação; logo, concluía, os destróieres "não seriam unidades ativas e nunca fariam parte das esquadras sul-americanas."<sup>36</sup>

Na verdade, os protestos ingleses se justificavam. Deve-se lembrar que na cláusula 18 do projeto de contrato de arrendamento dos destróieres, constava que os EUA não faziam restrições ao emprego dos mesmos, cabendo exclusivamente ao Brasil essa responsabilidade.<sup>37</sup>

As pressões contra o arrendamento, já conhecidas, associadas a intensa oposição que exercera a Argentina contra o projeto, animara a Inglaterra a intensificar seus protestos junto aos EUA, sob a alegação principal de que a cessão dos navios violava a cláusula 22 do Tratado Naval de Londres de 1936.

### A interferência Argentina na questão dos destróieres

As razões que explicam o envolvimento argentino na questão dos destróieres só podem ser entendidas se tivermos presente que esta questão representa apenas mais um momento do tradicional antagonismo existente entre a Argentina e o Brasil.<sup>38</sup>

Se pode observar que, por um lado, a Argentina obstaculizou o arrendamento, julgando que com ele o Brasil ficaria fortalecido, por outro,

o Brasil incluía entre as eventuais vantagens do mesmo a possibilidade que daria de aumentar seu prestígio na América em detrimento de sua rival.

Em fevereiro de 1937, antes da Argentina protestar formalmente contra o arrendamento, já era evidente nos EUA que a cessão dos destróieres se mesclaria irremediavelmente com o conflito latente que envolvia as relações que teria o oferecimento de navios a outras nações além do Brasil, Macedo Soares já argumentava junto a Roosevelt que tinha como certo que a Argentina aceitaria tal oferecimento “não por precisar dos destróieres, mas para quebrar o valor moral da cessão.”<sup>39</sup>

A preocupação que o governo brasileiro tinha em relação à Argentina, no período em pauta, se torna ainda mais evidente na medida em que se observa que muitas de suas deliberações referentes à política estratégica são tomadas a partir da projeção do que ocorria naquele país. Neste sentido, é bastante significativo conhecer a opinião de Osvaldo Aranha, considerando que a sua força política era muito grande, respaldada na amizade pessoal que tinha com Getúlio Vargas. Em carta a Washington escreve o Embaixador: “A Argentina armou-se com uma rapidez incrível e com objetivos que não podem deixar de alarmar os homens públicos do nosso país. (...) Não nos armamos na prosperidade por cegueira e na crise por falta de recursos. Agora, porém, não é mais possível contemporizar. E mesmo porque este é o único meio de deter a Argentina e fazê-la, como de vezes anteriores, vir a nós para pedir uma trégua ou um acordo (...) Tenho para mim que virá e, então, até um acordo de paridade será útil, porque a nós favorável, uma vez que temos maior capacidade de ação e de reserva militar (...) A Argentina continua a armar-se e os dados de suas encomendas neste país são alarmantíssimos para nós (...) Creio, Getúlio, que além desses fatos, a atitude exclusivista e agressiva da política argentina, a passeata de sua esquadra ao redor da América, são indicações que merecem consideração especial. A Argentina visa qualquer conquista ou posição, que só poderá ferir o Brasil.”<sup>40</sup>

Sensível às argumentações de seu Embaixador, respondeu Getúlio Vargas: “não resta dúvida que a preparação militar na Argentina deve nos fazer precavidos.”<sup>41</sup>

A contra partida argentina nesta disputa vem à tona, na questão dos destróieres, em 13 de agosto de 1937, como se pode inferir da leitura do seguinte ofício de Osvaldo Aranha a Sumner Welles; “os jornais esta manhã, como eu havia previsto, declaram em sua maioria que o projeto do arrendamento de seis destróieres, atualmente descomissionados, ao Brasil, fora postergado em consequência do protesto feito ontem ao Secretário Cordell Hull pelo governo de uma das repúblicas americanas.”<sup>42</sup>

No mesmo dia, 13 de agosto, o assunto estourou também no Brasil. Foi divulgada pela imprensa uma declaração do Senador Pittmann, presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros do Senado, que causou grande efeito. Eram estes os seus termos: "Não tomaremos o assunto em consideração (referia-se ao arrendamento dos destróieres) até que os governos da América do Sul se manifestem de acordo. Não queremos deliberar devido às objeções argentinas. Do contrário não estaríamos de acordo com a política dos Estados Unidos em relação à América Latina, e com os trabalhos de Buenos Aires que se baseiam numa ação conjunta."<sup>43</sup>

O conflito, então, ganhou vulto, afetando todas as partes envolvidas na questão, repercutindo ainda sobre questões paralelas. No mesmo ofício, anteriormente citado de Osvaldo Aranha para Welles, se pode ler: "devo confessar que tal oferta (refere-se à disposição dos EUA de oferecer a possibilidade de arrendamento de navios a outras nações além do Brasil) não importaria em conferir às outras nações o direito de vetar os nossos entendimentos, de neles interferir, de postergá-los, ou de disvirtuar a nobreza no nosso propósito. (. . .) O Brasil concordou e aplaudiu a idéia do Governo dos Estados Unidos, decorrente de sua nobre política de bom vizinho, extendendo às outras nações americanas as concessões feitas ao Brasil. Mas, entre essa louvável deliberação, digna de geral aprovação, e a de sujeitar estes entendimentos à intervenção e à conveniência de outras nações, há uma diferença que o Brasil nunca esperou nem deseja percorrer."

Com muita habilidade, Osvaldo Aranha alertava aos EUA que tanto a soberania brasileira como a norte-americana teriam sido atingidas pelos protestos argentinos. Seus compromissos mútuos não podiam sofrer interferências estranhas. Impunha-se, portanto, uma saída honrosa para o impasse. Nas negociações subseqüentes mantidas com o governo norte-americano, Osvaldo Aranha buscara incansavelmente uma saída, mesmo porque a discussão em torno do arrendamento foi ganhando espaços fora do âmbito oficial, através de publicações feitas na imprensa americana e européia, de um modo geral. Em 13 de agosto de 1937, por exemplo, divulgou-se através da imprensa uma declaração de Saavedra Lamas, Ministro das Relações Extranjeiras da Argentina, onde este procurava justificar a intervenção de seu país no caso dos destróieres. Segundo o Ministro, as razões de tal intervenção eram fundamentalmente de ordem legal, mas se relacionavam também aos riscos que trazia o projeto para a política de boa vizinhança.

No que se refere a argumentação de ordem legal, é lembrado que no Tratado Naval de Londres de 1937, na Convenção de Haia de 1907, na de Havana de 1928 e na de Buenos Aires de 1936, ficara assentado entre as nações participantes que não seria feita a locação de navios em períodos de paz. É citada ainda a Lei de Neutralidade norte-americana de 19 de

maio de 1937, chamando a atenção de que o arrendamento feria seus propósitos básicos. Num último argumento, dentro do ponto de vista legal, Saavedra Lamas ponderava que haveria muita dificuldade em conciliar o uso de um navio de guerra que, pelo princípio clássico, era parte de seu território de origem com a locação e uso para outro poder.

Quanto aos riscos que, no entender de Saavedra Lamas, corria a política de boa vizinhança, caso o projeto fosse efetivado, incluía-se o desencadeamento de uma corrida armamentista entre os estados americanos que levaria a um perigoso desequilíbrio de forças.<sup>44</sup>

Se pode observar que alguns pontos da declaração de Saavedra Lamas já eram anteriormente considerados problemáticos pela imprensa, por alguns setores ingleses, pelas comissões do Senado norte-americano que estudavam o caso, bem como pelas associações pacifistas e círculos pan-americanos. Dada a força que adquiria assim a Declaração de Saavedra Lamas de 13 de agosto, e o caráter oficial da mesma, o governo brasileiro não podia deixar de se manifestar. Já no dia 14 de agosto foi emitida uma Nota Oficial pelo Itamaraty que procurava rebater ponto a ponto as colocações do Ministro argentino.

Primeiramente estranhava o Itamaraty que a Argentina se preocupasse com a corrida armamentista, uma vez que este país vinha fazendo novas aquisições para sua armada. Desta maneira, concluía a Nota, o apregoa-do equilíbrio naval já fora rompido, em parte, devido as próprias iniciativas argentinas.

Quanto às razões de ordem legal apresentadas por Lamas, o Itamaraty chamava a atenção sobre as seguintes situações: o Brasil e a Argentina não eram signatários do Tratado de Londres e, além disto, o tipo de transação que o Brasil negociava com os EUA não se enquadrava nos artigos deste Tratado<sup>45</sup>; a Argentina não ratificara as convenções de Haia e Havana que, além do mais, só se referiam a situações criadas em tempo de guerra; a lei de neutralidade citada era uma lei norte-americana, também prevista para ser aplicada em caso de guerra e que deveria, acima de tudo, ser preocupação primordial apenas do país que a promulgara; o arrendamento não implicava em super-posição de soberania, conforme a tese defendida por vários tratadistas internacionais.<sup>46</sup>

O Itamaraty tentava assim demonstrar que as alegações argentinas não tinham fundamento.

Com tantas acusações recíprocas, a tradicional rivalidade Brasil/Argentina era reavivada. Acrescente-se a isto que, em 15 de agosto, o governo brasileiro dá a conhecer pela imprensa um novo comunicado sobre a questão, desta vez assinado pelo próprio Getúlio Vargas. Neste comunicado, o Presidente, depois de afirmar que o arrendamento estava previsto somente

para o treinamento da Marinha, faz uma sobeja defesa da soberania brasileira<sup>47</sup>, deixando muito claro que o Brasil não admitiria qualquer interferência estrangeira em suas decisões: "a execução (do arrendamento) só interessava às nossas conveniências e às possibilidades dos Estados Unidos. O Brasil nunca pediu explicações a qualquer país por atos desta natureza inerentes ao pleno exercício da soberania nacional, e, por conseguinte, não se julga no dever de dá-la, máxime quando não mantem pactos, tratados ou convênios que a isso o obrigue, nem compromissos que imponham consulta ou parecer de terceiros."<sup>48</sup>

A crise tomava proporções inusitadas, extremamente perigosas numa época em que era fundamental para os EUA evitar qualquer conflito com as nações da América. O objetivo do governo americano era fortalecer cada vez mais o panamericanismo solidificando a política de boa vizinhança. No entanto, a questão dos destróieres estava criando um dilema: se, por um lado, cedesse ante a pressão argentina, abandonando em definitivo o projeto de arrendamento o governo brasileiro o acusaria de mau vizinho; se, por outro, concretizasse o negócio com o Brasil, aquela acusação partiria da Argentina. As evidências apontavam que a Argentina seria do conflito como a grande vitoriosa. Pelo menos atingiria seu objetivo imediato: sustar o projeto do arrendamento. No dia 14 de agosto é noticiado que Hull — de acordo com sugestões recebidas de Embaixador argentino nos EUA, Felipe Espil — era favorável a que fosse dado mais tempo para o estudo das questões que envolviam o arrendamento dos destróieres ao Brasil.<sup>49</sup>

A decisão do governo americano a favor da Argentina, seu recuo numa questão que já tinha sido dada como praticamente resolvida pelo próprio Presidente Roosevelt, causou profunda impressão no Brasil, onde os ânimos ficavam cada vez mais exaltados contra a Argentina.<sup>50</sup> A correspondência recebida de Washington dá conta desta situação. Em 14 de agosto de 1937, escreve Abelardo Bueno do Prado: "A opinião geral, depois da notícia de ontem informando do adiantamento da solução definitiva (refere-se ao arrendamento dos destróieres) é de que a vitória diplomática nos foi roubada na hora 'H'. Há uma grande perplexidade causada pelo que transparece das objeções do Lamas, e o sentimento dominante nos comentários é de desilusão. A intervenção argentina — não se pode esconder — tem o aspecto de uma restrição imposta à nossa soberania."<sup>51</sup> Pouco depois Souza Costa também escreveria: "O negócio dos destróieres tem agitado a opinião e a indignação contra a atitude de Saavedra Lamas é geral: estou acompanhando a tua ação e estou certo de que o caso não será abandonado, não tanto pelos destróieres, mas principalmente pelo efeito político. A nossa vizinha não pode ficar com o direito de marcar esta vitória diplomática qual a de ter compelido os dois países — Estados Unidos e Bra-

sil – a modificarem uma resolução tomada e contra a qual nada em boa fé se pode articular.”<sup>52</sup>

Percebe-se muito bem na correspondência citada que, coincidindo com Osvaldo Aranha, seus autores se preocuparam acima de tudo com a agressão que sofrera a soberania brasileira. Tudo indicava que se não houvesse uma iniciativa argentina no sentido de amenizar o conflito, o mesmo poderia ser definitivamente desastroso para as relações entre este país e o Brasil. A verdade, no entanto, é que a Argentina, dada a situação mundial daquele momento, assim como os EUA, temia as conseqüências de um conflito mais grave na América. É sintomático, portanto, que na imprensa argentina comecem a aparecer editoriais enfatizando a “cordial amizade” que ligava a Argentina ao Brasil, alertando ainda que as eventuais diferenças deveriam ser encaradas “como as de dois amigos que divergem em seus pontos de vista, sem que com isso sofra a sua recíproca aproximação.”<sup>53</sup>

A postura conciliatória argentina foi favorecida pela circunstância de começar a correr com insistência a versão de que o principal responsável pelos desentendimentos havidos fora somente Saavedra Lamas. O próprio Getúlio Vargas escreveu: “Lamento que as intrigas de Saavedra Lamas, cujo o espírito trôpego é bem conhecido (do) governo americano tivesse força (para) suspender (as) negociações.”<sup>54</sup>

Relacionada igualmente com Saavedra Lamas se tem uma estranha versão dos acontecimentos, a partir de um informe, provavelmente do Ministério de Relações Exteriores do Brasil,<sup>55</sup> datado de segunda-feira, dia 16 de agosto, que relata o seguinte episódio: o Embaixador argentino no Brasil, Cárcano, havia mostrado confidencialmente à pessoa que assina o documento um telegrama de Saavedra Lamas, onde este justificava para o Embaixador argentino, nos EUA, que sua atitude no caso dos destróieres não fora contra o Brasil e sim contra os EUA. Revela ainda achar-se de posse dos fios de uma vasta conspiração tendente a colocar todo o continente americano à mercê dos EUA. Macedo Soares, Osvaldo Aranha, Sumner Welles e Roosevelt são apontados no documento como chefes da conspiração. Este documento, além de chamar a atenção pelo inusitado de suas informações, evidencia ainda a preocupação de Saavedra Lamas em justificar seus atos devido a onda de protestos de proporção inesperada que gerava o caso. Provavelmente por esta mesma razão, Saavedra Lamas declara a Weddel, embaixador dos EUA na Argentina, que sua objeção ao plano de arrendamento se devia somente a pressões recebidas da Marinha de seu país. No entanto, segundo Weddell, o Ministro da Marinha argentina não confirmara o fato.<sup>56</sup>

Apesar de ser evidente a política conciliatória adotada pela Argentina, o governo brasileiro entendeu que seria necessário ainda tomar algu-

mas medidas que ajudassem a recuperar o prestígio do Brasil, tão seriamente abalado. Neste sentido, são mantidas negociações com o governo norte-americano para que fosse emitida uma Declaração Conjunta dos dois governos, esclarecendo, em definitivo, as circunstâncias que envolviam a questão do arrendamento. Em tal tarefa, Osvaldo Aranha empenhou-se ao máximo.<sup>57</sup> Tinha consciência o Embaixador de que a Declaração Conjunta seria, naquele momento, a única saída honrosa que teria o Brasil, já que, devido o clima criado, eram praticamente nulas as possibilidades de o Senado norte-americano vir a aprovar o projeto.<sup>58</sup>

Assim, fazendo valer inclusive sua amizade pessoal com Welles, Osvaldo Aranha passou a pressionar para que se elaborasse com urgência a Declaração Conjunta. Em 14 de agosto de 1937, escreve Osvaldo Aranha a Welles: "peço licença para, em caráter puramente pessoal, sugerir com empenho a necessidade de uma declaração conjunta de nossos dois Governos, ou do seu isoladamente, restabelecendo a verdade dos fatos e dos nossos propósitos (. . .) Espero que o meu amigo, (. . .) concorde comigo honrando-me e dando ao Brasil mais um testemunho da amizade americana e da nobre devoção com que Vossa Excelência tem tratado as questões continentais."<sup>59</sup>

Pressionando ainda mais o governo americano, Osvaldo Aranha chega a afirmar em tom de ameaça que se não fosse elaborada a pretendida Declaração Conjunta, o governo brasileiro "faria publicar na imprensa americana uma resposta à Argentina na qual, infelizmente, não poderia deixar de referir-se à situação a nós criada pela atitude pouco amiga dos Estados Unidos, quer mandando a carta ao Senador Walsh, que nós não autorizamos, quer, agora, protelando a solução de um projeto que visava, apenas, o cumprimento de entendimentos decorrentes de uma sugestão americana ao Brasil."<sup>60</sup>

A pressão surtiu efeito rápido, mesmo porque o governo dos EUA — como se sabe — tinha todo o interesse em resolver satisfatoriamente seus problemas com os países americanos. Já em 16 de agosto de 1937, Osvaldo Aranha informava a Getúlio Vargas que Roosevelt concordara com a publicação de uma Nota Conjunta.<sup>61</sup> A imprensa teve conhecimento de tal fato somente no dia 20 de agosto de 1937, quando, com grande destaque, aparece reproduzido nos principais jornais americanos e brasileiros o texto final da Declaração.

A Declaração, em síntese, reafirmava os princípios da política de boa vizinhança que, segunda constava, norteara todas as negociações relativas aos destróieres. Como prova disto, era lembrado que as vantagens oferecidas ao Brasil estavam também abertas para outros países americanos. Esclarecia ainda o documento que "os governos de Brasil e dos Es-

tados Unidos não estavam dispostos a entrar em controvérsia a respeito da proposta pendente, nem a modificar seus entendimentos sobre ela.”<sup>62</sup> Os governos brasileiro e norte-americano procuravam assim resguardar a soberania de seus respectivos países que, com a questão dos destróieres, havia sofrido alguns aranhões.

A Declaração foi também importante porque, no Brasil, foi entendida como sendo uma vitória exclusivamente brasileira<sup>63</sup>, muito bem trabalhada pelos setores oficiais para que o governo se recuperasse com ela do abalo que sofrera com o recuo na negociação do arrendamento.

Para os EUA a Declaração igualmente trazia vantagens significativas. Sua imagem de “bom vizinho” saía fortalecida desde que cedera ao pedido brasileiro, concordando em emitir a Declaração Conjunta. Por outro lado, a situação com a Argentina também estava sob controle, uma vez que o arrendamento fora sustado. Além disto, o Senado norte-americano, atritado com Roosevelt, não poderia mais utilizar a questão dos destróieres, como vinha fazendo, para acentuar suas diferenças com o Presidente. Por fim, sem o arrendamento desta vez as cláusulas do Tratado de Londres de 1936 seriam respeitadas, evitando assim que, por esta via, seguissem os desentendimentos com a Inglaterra.

### As relações Brasil/Argentina depois da crise dos destróieres.

Encerrada a polêmica causada pelo projeto do arrendamento, outros planos de auxílio norte-americano ao Brasil foram implementados, vindo a suprir o eventual prejuízo que representara para este país a perda dos destróieres. Em 1938 iniciou-se a construção de três destróieres em estaleiros brasileiros, com planos elaborados pela Marinha norte-americana. A colaboração militar Brasil/EUA também se intensificou a partir de viagem efetuada pelo chefe do Estado Maior brasileiro, General Góis Monteiro, aos EUA, em 1939, bem como através do sistema “lend-lease” estabelecido pelos EUA.

A Argentina, igualmente, foi favorecida pelo auxílio norte-americano. Ainda em dezembro de 1937 foi divulgada a notícia de que haviam chegado a Buenos Aires três aviões de bombardeiro, parte de uma remessa de aparelhos adquiridos nos EUA para a armada argentina.<sup>64</sup>

O rearmamento, tanto brasileiro como argentino, não contribuiu em nada para amenizar a desconfiança mútua que seguia existindo entre os dois países.<sup>65</sup> É significativo, por exemplo, que Osvaldo Aranha, lembrando o episódio dos destróieres, procurasse sensibilizar o governo brasileiro quanto a necessidade de implantar nos EUA “uma propaganda eficiente

junto à opinião americana, capaz de prepará-la a decidir-se por nós nas eventualidades de que está carregado o continente e o mundo.” Na carta, o Embaixador procurava também indicar a estratégia que deveria ser usada, tomando como base o serviço organizado pela Argentina, “cuja a eficiência dele tivemos proca concreta por ocasião da discussão pela imprensa do arrendamento dos destróieres.”<sup>66</sup>

A preocupação fundamental, como se vê, seguia sendo a mesma de outros tempos: garantir para o Brasil a supremacia na América do Sul, anulando sua principal concorrente — a Argentina. Contudo, no final de 1937, as relações entre a Argentina e o Brasil entrariam num período de distensão. Era preciso, depois da grave crise de agosto de 1937, que os ânimos se renascessem. Sintoma deste período são as declarações de amizade mútua externadas por ocasião de uma recepção na Embaixada brasileira em Buenos Aires, ainda em agosto de 1937. Nesta oportunidade dizia José Bonifácio de Andrade e Silva, Embaixador brasileiro na Argentina, saudando o vice-presidente deste país, Julio Rocca: “Essa amizade tradicional (entre o Brasil e a Argentina) de um século, abençoada por Deus está bem radicada no coração de um e outro povo, é indestrutível, resiste às vicissitudes para que se possa verificar que nenhum modo de ver ou interpretar quaisquer assuntos da atualidade podem perturbá-la.”<sup>67</sup>

Respondendo à saudação do Embaixador brasileiro, Julio Rocca referiu-se à “secular amizade argentino-brasileira”, afirmando ainda que, no futuro, Getúlio Vargas e Augustin Justo brilhariam como verdadeiros “paladinos clarividentes” da “política fraternal” que ligava seus dois países.<sup>68</sup>

Apesar do conteúdo das saudações pouco corresponder à realidade, não se pode deixar de reconhecer que as mesmas representavam um esforço no sentido de reaproximar os dois países que, ainda na véspera, se enfrentavam de forma tão perigosa.

A histórica rivalidade entre o Brasil e a Argentina ainda assomaria algumas vezes à superfície em novas crises.<sup>69</sup> Ultimamente no entanto, tem sido feito por argentinos e brasileiros um intenso esforço para minimizar as eventuais diferenças que ainda possam vir a constituir-se em obstáculos para a concretização da política de integração Brasil/Argentina, que ora encontra-se em pleno andamento.

## NOTAS

1. Cf. PALACIO, Ernesto. *Historia de la Argentina*. Buenos Aires, A. Peña Lillo Editor, 1974, p. 386.
2. Telegrama de Washington, 4 de fevereiro de 1937, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) - Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro (FGV). Arquivo de Getúlio Vargas (GV) 37.02-4; XXV-28/2. José Carlos de Macedo Soares encontrava-se nos EUA negociando acordos comerciais com o Governo norte-americano.
3. Osvaldo Aranha para Getúlio Vargas. New York, 27 de abril de 1937, CPDOC/FGV - GV 37.04.27/6.
4. Osvaldo Aranha para Getúlio Vargas. Washington, 3 de maio de 1937, CPDOC/FGV - OA (Osvaldo Aranha) 37.05.03/1.
5. Osvaldo Aranha para Getúlio Vargas. Washington, 24 de maio de 1937, CPDOC/FGV - GV 37.05.24/2.
6. Ibidem.
7. Cf. Osvaldo Aranha para Getúlio Vargas. Washington, 3 de maio de 1937, CPDOC/FGV - OA 37.05.03/1.
8. Ibidem.
9. Cf. Getúlio Vargas para Osvaldo Aranha. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1937. CPDOC/FGV - OA 37.06.17.
10. Ibidem.
11. Havia tanta segurança de que não haveria dificuldades para realizar o negócio que em telegrama de 4 de fevereiro de 1937, Macedo Soares já felicitava Getúlio Vargas pelo êxito alcançado nas negociações para o arrendamento. (GV. 37.02.04 XXV - 28ª).
12. Carta a Getúlio Vargas. Washington, 26 de janeiro de 1937. CPDOC/FGV - GV 37.01.26.
13. Abelardo B. Bueno do Prado acompanhou muito de perto toda a negociação relativa aos destróieres, mantendo longa correspondência com Getúlio Vargas sobre esta questão.
14. Carta a Getúlio Vargas. Washington, 5 de fevereiro de 1937. CPDOC/FGV - GV 37.02.05.
15. Carta de Washington, 24 de maio de 1937. CPDOC/FGV - GV 37.05.24/2.
16. Carta de Washington, 4 de fevereiro de 1937. CPDOC/FGV - GV 37.02.04/2 XXV - 39.
17. O conflito de Roosevelt com o Senado se originou a partir de um projeto de reorganização do judiciário, proposto pelo Presidente no início de 1937. Este projeto previa a nomeação de novos Juizes e ainda procurava alterar a forma de nomeação para o Supremo Tribunal. O projeto de Roosevelt foi combatido até por alguns de seus companheiros do Partido Democrático.
18. O trâmite legal do projeto de lei relativo à autorização para o arrendamento dos destróieres foi o seguinte: o Departamento de Estado, à pedido do Presidente, encaminhou a proposta de arrendamento através do Senador Walsh, Presidente da Comissão de Negócios Navais do Senado, proposta esta que depois de ser examinada pela citada Comissão deveria ser referendada pela Comissão de Negócios Exteriores do Senado.

19. Hull sempre demonstrou ter boa vontade com os interesses brasileiros na questão.
20. Em carta de Washington, 9 de agosto de 1937, escreve Osvaldo Aranha para Getúlio Vargas: "Não fiquei satisfeito com o texto desse documento (refere-se a carta de Hull). Fiz sentir isso ao State Department, que concordou comigo, apresentando excusas e declarando que não era para ser publicado, mas unicamente par informação dos relatores. Atribui a publicidade da carta a um cochilo parlamentar. Seja como for, a carta está no conhecimento geral e se bem nada há nela que nos possa ferir, nada há que mereça nossos aplausos." (CPDOC/FGV - OA 37.08.09/1).
21. Ibidem.
22. Cf. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1937, 1ª página.
23. Ibidem.
24. Cf. Ibidem.
25. Carta a Getúlio Vargas. Washington, 9 de setembro de 1937. CPDOC/FGV - OA 37.09.09. Nesta mesma carta Osvaldo Aranha afirma que tanto a imprensa como as Associações Pacifistas do Leste americano foram totalmente contrárias ao projeto do arrendamento dos navios.
26. Esta posição foi defendida por importantes lideranças norte-americanas, como o Senador Vandenberg, membro do Comitê de Negócios Estrangeiros do Senado. Em declaração a imprensa, Vandenberg afirmava que considerava o arrendamento "um encorajamento a armamentos e ainda que poderia ajudar um vizinho a se armar contra o outro." (Cf. *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1937, 1ª página.). Também o Senador Geral Nye, chefe da Comissão de Investigações de Munição, defendia a mesma idéia. Para ele "o efeito (do arrendamento) seria levantar entre eles (nossos vizinhos sul-americanos) o temor e o ressentimento (Cf. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 18 de agosto de 1937, p. 2).
27. Cf. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 17 de agosto de 1937, p. 11.
28. Ibidem.
29. Cf. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 11 de agosto de 1937 p. 9 e 13 de agosto de 1937, p. 16.
30. Cf. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 22 de agosto de 1937.
31. Cf. Carta de Osvaldo Aranha para Getúlio Vargas. Washington, 5 de fevereiro de 1937. CPDOC/FGV - GV 37.02.05.
32. Pelo Acordo Naval de 1930, Grã-Bretanha, Inglaterra, EUA, França e Japão, numa tentativa de evitar motivos de atrito, comprometeram-se a manter um equilíbrio de forças entre suas respectivas frotas.
33. Cf. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 11 de agosto de 1937, p. 9.
34. Em cartas recebidas por Getúlio Vargas fica suficientemente claro que a expectativa era esta. (Cf. CPDOC/FGV: carta de Abelardo B. Bueno do Prado. Washington, 5 de fevereiro de 1937 - GV 37.02.05. Veja também carta de José Carlos Macedo Soares. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro - GV 37.02.04/2 - XXV 39.
35. A Inglaterra encabeçou estes protestos, enquanto que a França colocou-se à margem da questão, não discutindo insistentemente sobre ela.
36. Cf. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 11 de agosto de 1937, p. 9.
37. Cf. Carta de Osvaldo Aranha a Getúlio Vargas. Washington, 3 de maio de 1937. CPDOC/FGV - OA 37.05.03/1.

38. O antagonismo que marcou o relacionamento entre a Argentina e o Brasil pode ser sentido, por exemplo, através das discussões relativas a questões de fronteira e posicionamentos contrários, defendidos nas Conferências Panamericanas. Para o entendimento de como as teorias geopolíticas e o pensamento militar contribuíram para acirrar as diferenças entre os dois países em questão, veja: CAMARGO, Sonia. "Política Interna e Relações Internacionais na Bacia do Prata". In: **Bacia do Prata: Desenvolvimento e Relações Internacionais**. SEITENFUS, Ricardo A.S. (org.). Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1987, pp. 21-37.
39. João Carlos de Macedo Soares a Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1937. CPDOC/FGV - GV 37.02.04/2 - XXV, 39.
40. Carta a Getúlio Vargas. Washington, 4 de junho de 1937. CPDOC/FGV - GV 06.04/1 - XXVI - 54.
41. Carta a Osvaldo Aranha. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1937. CPDOC/FGV - OA 37.06.17.
42. Carta de Washington, 14 de agosto de 1937. CPDOC/FGV - OA 37.08.14/3.
43. Cf. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 13 de agosto de 1937, p. 1.
44. Cf. **O Estado de São Paulo**. São Paulo 14 de agosto de 1937, p. 8.
45. Tal alegação do Itamaraty não corresponde a realidade, conforme ficou demonstrado neste trabalho quando examinamos os reflexos do Tratado de Londres no arrendamento dos destróiers.
46. Cf. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 15 de agosto de 1937, p. 1.
47. Os termos desta defesa coincidem com os usados por Osvaldo Aranha em ofício enviado a Welles em 14 de agosto de 1937, já citado na nota 41 deste trabalho.
48. Cf. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1937, p. 1.
49. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 14 de agosto de 1937, p. 8.
50. Stanley Hilton, citando documentação oficial, demonstra que algumas medidas práticas foram tomadas no Brasil visando a defesa do país contra a Argentina, uma vez que, para importantes círculos militares, era praticamente certo que estouraria uma guerra entre o Brasil e a Argentina. Assim, foi ordenado a Marinha de Guerra que fizesse um levantamento do estoque de combustível para a flotilha do Mato Grosso; foi inspecionada a capacidade defensiva da base aérea do Rio Grande do Sul; os comandantes regionais do sul e oeste receberam instruções sobre mobilização de tropas no caso de se efetivar um ataque surpresa por parte da Argentina. (Cf. HILTON, Stanley E. **O Brasil e a crise internacional, 1930-1945**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1977, p. 80.)
51. Carta para Osvaldo Aranha. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1937. CPDOC/FGV - OA 37.08.14/1.
52. Carta para Osvaldo Aranha. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1937. CPDOC/FGV - 37.08.18/2.
53. **La Nación** citada pelo **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro 22 de agosto de 1937, p. 1.
54. Telegrama para Osvaldo Aranha. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1937. CPDOC/FGV - GV 37.08.15 - XXVII - 5C. Também Abelardo B. Bueno do Prado escreveu para Osvaldo Aranha: "...em ligeira meditação sobre o caso (dos destróiers) chego a pensar que este homem (Saavedra Lamas) para atingir qualquer objetivo ainda obscuro, assenhorou-se deste assunto, cujo o combate pode

- constituir, em seu favor, uma arma política.” (Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1937. CPDOC/FGV - OA 37.08.19/2.
55. No arquivo de Getúlio Vargas onde se encontra este documento, sua origem, bem como seu signatário não estão identificados.
56. Cf. Wood, Bryce. “External Restraints on the good neighbor policy.” *Inter-American Economic Affairs*. Vol. XVI, Autumn, 1962, nº 2.
57. Na medida em que avança o ano de 1937 e que a questão dos destróieres se arrasta, observa-se, pela correspondência de Osvaldo Aranha, que esta questão termina por levá-lo a exaustão, pelo esforço despreendido para conduzi-la a um bom termo. Já em abril de 1937 escrevia Osvaldo Aranha para Souza Costa, Ministro da Fazenda brasileiro; estamos, agora, às voltas com o caso dos destróieres (. . .) Já estou dando o prego. As resistências físicas, abaladas pelos anos, e as intelectuais pelos desenganos, me estão transformando em um ‘resto humano’. (Washington, 17 de abril de 1937 - CPDOC/FGV - OA 37.04.17/2.) Em agosto, momento em que a crise dos destróieres atingiu seu ponto mais alto, Osvaldo Aranha volta a escrever: “O caso dos destróieres deu-me mais cabelos brancos.” (Carta para Adalberto. . . Washington, 24 de agosto de 1937 - CPDOC/FGV - OA 37.08.24/3); “Confesso-lhe que com este esforço (de negociar o arrendamento) sinto-me exgotado e meu médico entende que eu estou com uma **doença** bem americana: ‘over work’. (Carta ao Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Washington, 25 de agosto de 1937. CPDOC/FGV - OA 37.08.25/2); “escrevo-te da farm, em Leesburg. . . Precisava refazer-me. Estava, realmente esgotado(. . .) Já antes deste caso (dos destróieres), aí e aqui, poucas não foram as minhas preocupações.” (Carta a Getúlio Vargas. Washington, 31 de agosto de 1937 - CPDOC/FGV - GV 37.08.31/2.
58. Usandô um texto igual em cartas enviadas a Getúlio Vargas (Washington, 31 de agosto de 1937 - CPDOC/FGV - GV 37.08.31/2) e ao Ministro de Relações Exteriores do Brasil (Washington, 25 de agosto de 1937 CPDOC/FGV - OA 37.08.25/2) escreve Osvaldo Aranha: “O Senado em luta aberta com o Presidente, a quem acaba de derrotar no caso da Suprema Corte, recebeu o incidente como mais uma oportunidade para acentuar e explorar essa divergência. Insistir ao projeto (dos destróieres) nessa atmosfera e no apagar das luzes dessa sessão era correr riscos a que ninguém submeteria seu país.”
59. Washington, 14 de agosto de 1937. CPDOC/FGV - OA 37.08.14/3.
60. Cf. Carta-de Osvaldo Aranha ao Ministro de Relações Exteriores do Brasil. Washington, 25 de agosto de 1937 - CPDOC/FGV - OA 37.08.25/2.
61. Telegrama de Washington. CPDOC/FGV - GV 37.08.16 - XXVII 9ª
62. Declaração Conjunta dos Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América. CPDOC/FGV - OA 37.08.19/1.
63. Foram inúmeros os telegramas de apoio e felicitações recebidos por Osvaldo Aranha, considerado, então, o principal responsável pelo desenlace favorável que tivera a questão dos destróieres (Veja: CPDOC/FGV - Arquivo de Osvaldo Aranha.)
64. Cf. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 4 de dezembro de 1937, p. 2.
65. A rivalidade existente entre o Brasil e a Argentina era tão evidente que importantes jornais, como o *New York Times*, comentavam claramente esta situação: “Atraz da relativa trivialidade do incidente dos destróieres está a velha tradição da política latino-americana. O Brasil e a Argentina, os dois países maiores da América do Sul, estiveram sempre em boas relações, apenas superficialmente.”

(Cf. Telegrama da Embaixada brasileira em Washington de 20 de agosto de 1937 - CPDOC/FGV - GV 37.08.19. XXVII - 17ª)

66. Carta para Getúlio Vargas. Washington, 31 de agosto de 1937. CPDOC/FGV - GV 37.08.31.
67. Cf. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 25 de agosto de 1937.
68. Ibidem.
69. Entre os momentos marcantes da rivalidade Brasil/Argentina se destacam: o período de 1943/1944 em que, com a subida do General Pedro P. Ramírez a presidência, houve um crescimento do poderio militar argentino; o período da primeira presidência de Peron (1946-1951), quando a Argentina buscou solidificar uma posição de liderança na América do Sul, procurando manter-se afastada dos EUA, ao contrário do que acontecia no Brasil; o período em que, durante a década de 1970, foram amplamente discutidos os interesses comuns que envolviam dois projetos: Corpus e Itaipú. (Cf. CAMARGO, Sonia. Op. cit.)